PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RÚSTICO

DAS PENHAS DOURADAS

PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO

Proposta de Plano para Consulta Pública

Junho 2025

MANTEIGAS

Vale por Natureza

territórioxxi

FICHA TÉCNICA

DESIGNAÇÃO

PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RÚSTICO DAS PENHAS DOURADAS

Proposta de Plano para Consulta Pública

PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO

Município de Manteigas, junho de 2025

ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DO MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Flávio Massano	Presidente da Câmara Municipal
João Gabriel Leitão	Chefe de Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo
Ana Filipa Martins	Técnica Superior – Arquiteta
Pedro Lucas	Técnico Superior (Gabinete Florestal) – Engenheiro Florestal

EQUIPA TÉCNICA

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO

	Coordenação Geral
Vilma Silva	Licenciatura e Mestrado (pré-Bolonha) em Planeamento Regional e Urbano
	Coordenação Técnica
Tiago Bandeira Costa	Licenciatura e Mestrado em Arquitetura Paisagista
Vera Santos Silva	Licenciatura (pré-Bolonha) em Arquitetura e Mestrado em Arquitetura

ESTRUTURA TÉCNICA

Maria João Martins	Licenciatura e Mestrado em Arquitetura Paisagista
Amanda Cavalcante	Licenciatura em Estudos de Arquitetura e Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano
Carolina Santos	Licenciatura em Direito
Carolina Silva	Licenciatura e Mestrado em Arquitetura Paisagista
Júlia Ribes Fagundes	Licenciatura (pré-Bolonha) e Doutoramento em Geografia
Mafalda Moreira	Licenciatura em Arquitetura Paisagista e Mestrado Riscos, Cidades e Ordenamento do Território
Rui Valente	Licenciatura em Arquitetura Paisagista
Salomé Gomes	Licenciatura (pré-Bolonha) em Economia e Licenciatura (pré-Bolonha) em Planeamento Regional e Urbano
Sara Carvalho	Licenciatura e Mestrado em Arquitetura Paisagista
Tiago Ortega	Mestrado Integrado em Arquitetura Paisagista

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS 5
INTRODUÇÃO 6
1. PROGRAMA DE EXECUÇÃO 7
2. PLANO DE FINANCIAMENTO 9

SIGLAS E ACRÓNIMOS

CCDR-C	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CMM	Câmara Municipal de Manteigas
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
LBGPPSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo
PDMM	Plano Diretor Municipal de Manteigas
PP	Plano de Pormenor
PIER	Plano de Intervenção em Espaço Rústico
PIER-PD	Plano de Intervenção em Espaço Rústico das Penhas Douradas
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
QFP	Quadro Financeiro Plurianual
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano de Intervenção em Espaço Rústico (PIER-PD) ocorre ao abrigo do novo quadro legal, estabelecido pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (LBGPPSOTU) — Lei n.º 34/2014, de 30 de maio, na sua redação atual — e pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) — Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual.

Este último diploma legal estabelece, nas alíneas de d) a f) do n.º 2 do artigo 107.º, que a elaboração do Plano de Pormenor (PP) deverá ser acompanhada de elementos complementares, entre os quais o "*Programa de execução das ações previstas*", o "*Modelo de redistribuição de benefícios e encargos*" e o *"Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira"*. O RJIGT define ainda, na alínea i) do número 102.º, relativa ao conteúdo material dos PP, a necessidade da "*identificação dos sistemas de execução do plano, do respetivo prazo e da programação dos investimentos públicos associados, bem como a sua articulação com os investimentos privados*".

Considerando a versão da proposta do Plano para Consulta Institucional e Consulta Pública, optou-se por elaborar o Programa de Execução e o Plano de Financiamento no mesmo documento, o qual contém as disposições sobre a execução das ações previstas e a fundamentação da sua sustentabilidade financeira. Assim, dado que o PIER-PD não contempla operações de transformação fundiária, dispensa-se a determinação do "*Modelo de redistribuição de benefícios e encargos*".

De acordo com as diretrizes do *Guia Orientador – Plano de Pormenor* (CCDR-C, 2024), relativas a este Elemento Complementar do Plano, a abordagem metodológica aqui apresentada passa pela:

- *Identificação dos sistemas de execução a adotar, na medida em que o PP dará lugar a operações concretas de intervenção no solo;*
- *Identificação das unidades de execução e das intervenções urbanísticas previstas em cada uma (nomeadamente equipamentos, infraestruturas, espaços exteriores, etc.), bem como do seu faseamento (por exemplo: 1.º elaboração de projetos; 2º - realização de obras de urbanização; 3.º fiscalização).*

No que se refere diretamente à programação da execução dos planos, o RJIGT, no seu artigo 146.º, estabelece o princípio geral de que cabe ao município a promoção da execução coordenada e programada do planeamento territorial, com a colaboração das entidades públicas e privadas,

procedendo à realização das infraestruturas e dos equipamentos de acordo com o interesse público, os objetivos e as prioridades estabelecidas nos planos territoriais.

Em conformidade com o estabelecido no atual quadro legal (artigo 55.º da LBGPPSOTU), a execução pode ser concretizada de forma não sistemática ou sistemática.

A execução não sistemática é realizada sem necessidade de prévia delimitação de unidades de execução, através de operações urbanísticas a realizar nos termos da lei, designadamente as que estão consagradas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), sendo asseguradas as cedências previstas no Plano (ou a respetiva compensação pela cedência não realizada, sempre que aplicável), bem como a liquidação das devidas taxas e encargos urbanísticos definidos em regulamento.

Atendendo à natureza das intervenções identificadas, determina-se que a execução do PIER-PD será realizada nesta modalidade de execução não sistemática, prescindindo da delimitação de unidades de execução, mediante a realização de operações urbanísticas isoladas, conforme a alínea b) do nº 3 do artigo 147º do RJIGT.

1. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

A Tabela 1 apresenta a lista de ações avulsas e projetos de fundo que concretizam a estratégia de ordenamento e de desenvolvimento da área de intervenção do PIER-PD, associadas às entidades envolvidas e a um cronograma para a sua execução, tendo-se considerado uma duração de 10 anos.

Tabela 1. Programação das ações/projetos previstos para a execução do PIER-PD

ID	AÇÃO/PROJETO	ENTIDADES ENVOLVIDAS	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (ANOS)									
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 – Preservação dos elementos naturais, processos ecológicos e paisagem												
1	Construção de pequenas estruturas de retenção de solo e água ao longo das linhas de água, através de técnicas de engenharia natural e com materiais do próprio local (ramos secos e pedras), bem como pequenas bacias/depressões de dissipação nas zonas de descarga das passagens hidráulicas.	CMM / Baldios / ICNF / ONGA	X	X	X							
2	Recriação da prática da Transumância (GR da Transumância), pelo menos uma vez por ano e com um período alargado de permanência do gado (sobretudo ovino) e dos pastores, de modo a contribuir para a gestão sustentável dos prados e pastagens e para a preservação do legado cultural da região.	CMM / Baldios / Pastores / Comunidade Escolar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3	Plantação de árvores nativas gimnospérmicas em "Espaços Florestais - Florestas Mistas com resinosas", nomeadamente de *Taxus baccata* e *Pinus sylvestris*, de modo a contribuir para a variedade específica da mata e para o equilíbrio entre espécies exóticas e autóctones.	CMM / Baldios / ICNF / Instituições de I&D / ONGA / Escolas								X	X	X
4	Reprodução *ex situ* de espécies de plantas determinantes para a formação de habitats que dependem de espécies com problemas de conservação genética (e.g. *Taxus baccata, Pinus sylvestris, Prunus lusitanica, Sorbus aucuparia*), a partir da propagação de material genético local.	ICNF / CMM / Instituições de I&D / ONGA			X	X	X					
5	Contribuir para gestão integrada dos fogos rurais, de forma adaptada à salvaguarda dos valores naturais, através de ações de desmatação ao longo das vias e caminhos/trilhos, sem comprometer as áreas de matos higrófilos, de cervunais (habitat 6230), de turfeiras, zimbrais e caldoneirais (com recurso a processos motomanuais), devendo as intervenções ser realizadas de outubro a fevereiro, de forma a evitar os períodos de reprodução da maioria das espécies da fauna.	ICNF / CMM / GTF/ Baldios	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
6	Proposta de classificação dos dois exemplares de *Sequoiadendron giganteum* como Arvoredo de Interesse Público, na tipologia de Exemplar Isolado, de acordo com o disposto na Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho.	ICNF / CMM / ONGA	X	X								
2 – Preservação da memória do lugar e valorização do património cultural e arquitetónico												
7	Instalação de mobiliário urbano, de sinalética informativa e direcional, bem como de pequenas obras de arte nas Áreas de Estadia, recorrendo à utilização de materiais biodegradáveis e, de preferência, com origem no local, como por exemplo através do reaproveitamento de troncos de árvores mortas/caídas para mobiliário urbano, utilização de estilha de madeira para revestimento do solo em áreas de estadia ou espaços de circulação pedonal.	CMM / GTF / Associações culturais e/ou artísticas	X	X								
8	Reabilitação das ruínas do antigo edifício habitacional da Casa da Fraga, de modo a constituir um centro interpretativo das Penhas Douradas, infraestruturado, com funções e serviços de informação sobre o local e dos percursos homologados, e com sanitários, através de projeto de arquitetura próprio para conservação e restauro do património edificado.	CMM / CIM BSE / ICNF / CCDRC / Proprietários		X	X	X						
9	Reabilitação dos oito edifícios, na sua maioria vagos/devolutos, de pequenas dimensões, destinados à instalação de Equipamentos de Apoio à visitação - Abrigos de Montanha.	CMM / ICNF / Proprietários					X	X	X			
10	Elaboração de um projeto específico, e execução da respetiva obra, para o enquadramento paisagístico da Capela da Nossa Sra. da Estrela, através da beneficiação da área envolvente, com o objetivo de minimizar as intrusões visuais (p.e. painéis solares) e de melhoria dos acessos.	CMM / Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria / ICNF / Baldios									X	X
11	Reabilitação do Observatório Meteorológico das Penhas Douradas, de acordo com projeto a definir	IPMA / CIM BSE / CMM / ICNF / Instituições de I&D		X	X	X						
3 – Organização dos acessos e requalificação do espaço público												
12	Requalificação da via principal (EN 232-1) e das vias secundárias, sem alargamento da plataforma, substituindo o pavimento existente por mistura betuminosa pigmentada delimitado por guias de granito, com encaminhamento das águas pluviais para uma vala verde (permeável), conforme definido na Planta de Implantação e dos Perfis-tipo das Vias.	CMM / CIM BSE / Proprietários	X	X								
13	Criação de duas áreas de estacionamento adjacentes à via principal - Área 1 com 5 lugares e Área 2 com 9 lugares - recorrendo à pavimentação e delimitação de lugares com mistura betuminosa pigmentada, delimitado por guias de granito delimitada por lancil ou guias de granito, com encaminhamento das águas pluviais para bacias de infiltração através de valas verdes (permeável), conforme definido na Planta de Implantação.	CMM / Proprietários								X	X	X
14	Requalificação do estacionamento existente (próximo da Casa das Penhas Douradas), que consiste na pavimentação e delimitação de lugares com mistura betuminosa pigmentada e alteração da delimitação dos lugares, de modo a acomodar 15 lugares de estacionamento.	CMM / Proprietários					X	X	X			
4 – Requalificação e enquadramento das infraestruturas												
15	Requalificação dos métodos de armazenamento de água para o abastecimento de água das habitações, tal como tanques e cisternas, de modo a melhorar a sua eficiência e salubridade.	Proprietários					X	X	X			
16	Substituição das soluções individuais de armazenamento de águas residuais por equipamentos de armazenamento e tratamento eficientes.	Proprietários			X	X						
17	Enterramento da infraestrutura elétrica e de telecomunicações ao longo das vias principais e secundárias, de modo a reduzir as intrusões visuais provocadas pelos postes.	CMM / CIM BSE / EGRI/ Proprietários	X	X								
18	Substituição da rede de iluminação pública por novas luminárias LED, adaptadas aos critérios de certificação da *Dark Sky Friendly*	CMM/ CIM BSE / EGRI	X	X								
19	Criação de abrigos para a proteção e mitigação dos contentores de recolha indiferenciada e seletiva.	CMM/ CIM BSE / Entidades Responsáveis pela Recolha de Resíduos										

CMM – Câmara Municipal de Manteigas / GTF - Gabinete Técnico Florestal / CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro / ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas / Baldios - Conselhos Diretivos dos Baldios das Freguesias de São Pedro e de Santa Maria / ONGA – Organizações Não-Governamentais de Ambiente / GTF - Gabinete Técnico Florestal / IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera / CIM BSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela / EGRI - Entidades Gestoras da Rede de Infraestruturas

2. PLANO DE FINANCIAMENTO

De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º da LBGPPSOTU, a intervenção administrativa em matéria de solos, de ordenamento do território e de urbanismo deve obedecer aos princípios de economia e eficiência, bem como à sustentabilidade ambiental e financeira das opções adotadas nos programas e planos territoriais.

Neste contexto, o presente Plano de Financiamento tem como objetivo dar continuidade ao modelo de financiamento estabelecido no Programa de Execução, identificando as fontes de financiamento necessárias para a execução das intervenções previstas ao longo do período de vigência do Plano.

As fontes de financiamento podem ter origens distintas, devendo ser diferenciadas as receitas próprias do Município (incluindo receitas correntes, receitas de capital e outras receitas) das receitas provenientes de fundos nacionais e destinados ao apoio ao investimento. Dado o caráter do PIER-PD, que envolve intervenções em solo rústico, optou-se por alocar à sua execução fundos provenientes dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), com o intuito de reduzir os investimentos municipais necessários e, assim, reforçar a sustentabilidade económica e financeira do Plano.

O Plano de Financiamento identifica as fontes de financiamento previstas em instrumentos de financiamento nacionais e europeus, inseridos no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia para o período de 2021 a 2027, incluindo o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e outros fundos contemplados nos programas operacionais regionais e temáticos do Portugal 2030.

Dentro do quadro de apoio em execução (Portugal 2030[1]), as verbas podem provir de diversos fundos, como o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), o FSE+ (Fundo Social Europeu), o Fundo de Coesão, o Fundo para uma Transição Justa e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA). O Portugal 2030 é implementado através de 12 programas, sendo quatro de âmbito temático (Pessoas 2030, COMPETE 2030, Sustentável 2030 e Mar 2030) e cinco de âmbito regional, correspondentes às NUTS II do Continente.

[1] O *Portugal 2030* materializa o Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 23 mil M€. (https://portugal2030.pt/)

Para além dos programas mencionados, destacam-se também os programas internacionais e europeus que suportam projetos e ações na área da conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente:

- O Programa LIFE 2021-2027[2], que visa, entre outros objetivos, inverter a perda de biodiversidade e combater a degradação dos ecossistemas, apoiando a implementação e gestão da rede Natura 2000 (https://life.apambiente.pt/).
- O Fundo Ambiental, que apoia políticas ambientais e ações climáticas para cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conservação da natureza e biodiversidade, gestão florestal e ordenamento da paisagem (https://www.fundoambiental.pt/).
- O Fundo EEA Grants, mecanismo financeiro designado como Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE), através do qual a Noruega, a Islândia e o Liechtenstein apoiam financeiramente os Estados membros da União Europeia com maiores desvios da média europeia do PIB per capita, onde se inclui Portugal (https://www.eeagrants.gov.pt/).

Por último, importa destacar o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela[3] (PRPNSE), onde está prevista, especificamente, o *Projeto n.º 4.4 Designação: Observatório das Alterações Climáticas e Centro de Ciência Viva de Montanha*, que inclui a *Criação do Observatório das Alterações Climáticas das Penhas Douradas* e a *Criação de percurso científico circular monitorizado nas Penhas Douradas, intitulado "Trilho do Tempo e do Clima"*. O financiamento do PRPNSE é assegurado através de fontes de financiamento nacionais e europeias, nomeadamente no quadro do Portugal 2030, de acordo com as respetivas linhas de programação, do Plano de Recuperação e Resiliência, nos termos da regulamentação e mecanismos de acesso concretamente aplicáveis a cada instrumento de financiamento, em função da sua elegibilidade e da natureza dos investimentos. O PRPNSE estabelece,

[2] Instrumento financeiro para o ambiente e a ação climática, estabelecido pelo Regulamento (UE) 2021/783 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2021.

[3] O PRPNSE constitui-se como um programa integrado de desenvolvimento regional do território, com foco em diferentes domínios temáticos, identificando medidas e projetos a implementar nos curto, médio e longo prazos, que deverão promover o desenvolvimento sustentável da região, a recuperação e revitalização do seu património natural e biodiversidade, a inovação e o investimento para a revitalização dos setores produtivos e diversificação da base económica da região, combatendo a perda demográfica e tornando o território mais resiliente às alterações climáticas e aos seus efeitos, preservando e valorizando o seu principal ativo patrimonial: o Parque Natural da Serra da Estrela e todos os seus ecossistemas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024, de 15 de março).

ainda, que os programas financiadores articulam com a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM BSE) a abertura de avisos específicos no âmbito da execução do deste Programa.

Tabela 2. Plano de Financiamento das ações e projetos para a execução do PIER-PD

ID	AÇÃO/PROJETO	MEDIÇÕES	ESTIMATIVA DO INVESTIMENTO (€)	FONTE DE FINANCIAMENTO
1 – Preservação dos elementos naturais, processos ecológicos e paisagem				
1	Construção de pequenas estruturas de retenção de solo e água ao longo das linhas de água, através de técnicas de engenharia natural e com materiais do próprio local (ramos secos e pedras), bem como pequenas bacias/depressões de dissipação nas zonas de descarga das passagens hidráulicas.	24 un	7200 €	Life / FA
2	Recriação da prática da Transumância (GR da Transumância), pelo menos uma vez por ano e com um período alargado de permanência do gado (sobretudo ovino) e dos pastores, de modo a contribuir para a gestão sustentável dos prados e pastagens e para a preservação do legado cultural da região.	-	a estimar	Life / FA / PT2030
3	Plantação de árvores nativas gimnospérmicas em "Espaços Florestais - Florestas Mistas com resinosas", nomeadamente de *Taxus baccata* e *Pinus sylvestris*, de modo a contribuir para a variedade específica da mata e para o equilíbrio entre espécies exóticas e autóctones.	4000 árvores	48 000,00 €	Life / FA
4	Reprodução *ex situ* de espécies de plantas determinantes para a formação de habitats que dependem de espécies com problemas de conservação genética (e.g. *Taxus baccata, Pinus sylvestris, Prunus lusitanica, Sorbus aucuparia*), a partir da propagação de material genético local.	-	a estimar	Life / FA
5	Contribuir para gestão integrada dos fogos rurais, de forma adaptada à salvaguarda dos valores naturais, através de ações de desmatação ao longo das vias e caminhos/trilhos, sem comprometer as áreas de matos higrófilos, de cervunais (habitat 6230), de turfeiras, zimbrais e caldoneirais (com recurso a processos motomanuais), devendo as intervenções ser realizadas de outubro a fevereiro, de forma a evitar os períodos de reprodução da maioria das espécies da fauna.	8736,84 m2	17 473,68 €	PRR / FA
6	Proposta de classificação dos dois exemplares de *Sequoiadendron giganteum* como Arvoredo de Interesse Público, na tipologia de Exemplar Isolado, de acordo com o disposto na Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho.	-	-	-
2 – Preservação da memória do lugar e valorização do património cultural e arquitetónico				
7	Instalação de mobiliário urbano, de sinalética informativa e direcional, bem como de pequenas obras de arte nas Áreas de Estadia, recorrendo à utilização de materiais biodegradáveis e, de preferência, com origem no local, como por exemplo através do reaproveitamento de troncos de árvores mortas/caídas para mobiliário urbano, utilização de estilha de madeira para revestimento do solo em áreas de estadia ou espaços de circulação pedonal.	10 bancos (1 por área de estadia 3 obras de arte)	40 000,00 €	Life / FA / EEA Grants
8	Reabilitação das ruínas do antigo edifício habitacional da Casa da Fraga, de modo a constituir um centro interpretativo das Penhas Douradas, infraestruturado, com funções e serviços de informação sobre o local e dos percursos homologados, e com sanitários, através de projeto de arquitetura próprio para conservação e restauro do património edificado.	1 edifício 80,08 m2	96 000,00 €	PRR / OM / EEA Grants / PT 2030
9	Reabilitação dos oito edifícios, na sua maioria vagos/devolutos, de pequenas dimensões, destinados à instalação de Equipamentos de Apoio à visitação - Abrigos de Montanha.	8 edifícios 312,95 m2	312 950,00 €	PRR / OM / PT 2030
10	Elaboração de um projeto específico, e execução da respetiva obra, para o enquadramento paisagístico da Capela da Nossa Sra. da Estrela, através da beneficiação da área envolvente, com o objetivo de minimizar as intrusões visuais (p.e. painéis solares) e de melhoria dos acessos.	1 projeto	86 660,00 €	PRR / OM / PT 2030
11	Reabilitação do Observatório Meteorológico das Penhas Douradas, de acordo com projeto a definir	3 edifícios 439,57 m2	4 000 000,00 €	PRR / EEA Grants
3 – Organização dos acessos e requalificação do espaço público				
12	Requalificação da via principal (EN 232-1) e das vias secundárias, sem alargamento da plataforma, substituindo o pavimento existente por mistura betuminosa pigmentada delimitado por guias de granito, com encaminhamento das águas pluviais para uma vala verde (permeável), conforme definido na Planta de Implantação e dos Perfis-tipo das Vias.	18605,39 m2	912 680,00 €	PRR / OM
13	Criação de duas áreas de estacionamento adjacentes à via principal - Área 1 com 5 lugares e Área 2 com 9 lugares - recorrendo à pavimentação e delimitação de lugares com mistura betuminosa pigmentada, delimitado por guias de granito delimitada por lancil ou guias de granito, com encaminhamento das águas pluviais para bacias de infiltração através de valas verdes (permeável), conforme definido na Planta de Implantação.	236,11 m2	8 263,85 €	PRR / OM
14	Requalificação do estacionamento existente (próximo da Casa das Penhas Douradas), que consiste na pavimentação e delimitação de lugares com mistura betuminosa pigmentada e alteração da delimitação dos lugares, de modo a acomodar 15 lugares de estacionamento.	179,87 m2	6 295,45 €	PRR / OM
4 – Requalificação e enquadramento das infraestruturas				
15	Requalificação dos métodos de armazenamento de água para o abastecimento de água das habitações, tal como tanques e cisternas, de modo a melhorar a sua eficiência e salubridade.	28	98 000,00 €	PRR / OM
16	Substituição das soluções individuais de armazenamento de águas residuais por equipamentos de armazenamento e tratamento eficientes.	28	140 000,00 €	PRR / OM
17	Enterramento da infraestrutura elétrica e de telecomunicações ao longo das vias principais e secundárias, de modo a reduzir as intrusões visuais provocadas pelos postes.	5159,26 ml (1356,51 ml em AT/BT + 3795,52 ml em BT)	469 162,90 €	PRR / OM
18	Substituição da rede de iluminação pública por novas luminárias LED, adaptadas aos critérios de certificação da *Dark Sky Friendly*	74 un	22 200,00 €	PRR / OM
19	Criação de abrigos para a proteção e mitigação dos contentores de recolha indiferenciada e seletiva.	7 un	3 500,00 €	PRR / OM

Life – Programa LIFE 2021-2027/ **PT2030** – Portugal 2030 / **FA** – Fundo Ambiental / **PRR** – Plano de Recuperação e Resiliência / **OM** – Orçamento Municipal

EQUIPA TÉCNICA:

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS
Rua 1º de Maio, 6260-101 Manteigas
T. +351 275 980 000
geral@cm-manteigas.pt

TERRITÓRIO XXI - Gestão Integrada do Território e do Ambiente
Avenida da República, n.º 679, 2º Andar, Sala 23
4450-242 Matosinhos
T. +351 220 135 202
geral@territorioxxi.pt